

O emprego do avião na Revolta de Princesa

Alcyr Lintz Geraldo*

Comunicação apresentada em sessão do NEPHIM.

Antes de encarar especificamente o tema, faremos algumas considerações sobre a *Revolta de Princesa*. Foi ela uma insurreição ocorrida no Estado da Paraíba, contra o governo do Presidente João Pessoa, tendo por epicentro a cidade hoje conhecida como Princesa Isabel, situada no planalto formado pela Serra da Borborema. Vinda de Alagoas, a serra atravessa Pernambuco e Paraíba, onde se bifurca em Borborema Central, ocupando regiões semi-áridas, chegadas ao sertão, e Borborema do Leste, que se desenvolve em terras úmidas, próximas do litoral. Situa-se a 650 metros de altitude e o município ocupa cerca de 395km².

O chefe do motim foi José Pereira Lima, residente na cidade, onde era comerciante, fazendeiro e chefe político local, eis que deputado estadual e um dos líderes do Partido Republicano da Paraíba.

O movimento teve início no dia 24 de fevereiro de 1930 e entendemos ter se findado, de fato, no dia 26 de julho, quando o Presidente João Pessoa foi assassinado por João Duarte Dantas, em Recife, no interior

da Confeitaria Glória. Após esse fato, o Presidente da República, Washington Luís Pereira de Souza e o Vice-Presidente da Paraíba, Álvaro de Carvalho, acertaram o que podemos chamar *intervenção federal branca* no estado. Por essa avença, tropas do Exército, sob o comando do General Lavenère Wanderley, comandante da 7ª Região Militar, que abrangia o território da Paraíba, ainda que em operações que seriam supervisionadas por autoridades estaduais, puseram fim à rebelião. O Capitão João Facó comandava os soldados que ocuparam Princesa e recebeu a deposição de armas pelo chefe revoltoso e seus asseclas. Assim, ao nosso aviso, o motim terminou, de direito, no dia 19 de agosto, tudo daquele ano, quando o General Wanderley comunicou ao Presidente Washington Luís o fim do movimento.

Vários foram os fatores ligados à eclosão da revolta.

Em primeiro lugar, localizemos a ascensão de João Pessoa à presidência da Paraíba. Gravemos, antes, alguns aspectos peculiares ao clã dos Pessoa. Do casamento de duas irmãs de Epitácio Pessoa resultaram as famílias Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, de que João Pessoa fazia parte, e Pessoa de

* Tenente-Coronel Intendente da Aeronáutica. Sócio efetivo do IGHMB.

Queiroz, a que pertencia Francisco Pessoa de Queiroz. João Pessoa, de muito, afastara-se do estado. Residia no Rio de Janeiro, onde fora nomeado Auditor Auxiliar, em 1909, Auditor Geral da Marinha, em 1914, e Ministro do Supremo Tribunal Militar (denominação da época), em 1920. Assim sendo, não militava na política estadual. Ao contrário, seu primo Francisco nunca estivera fora da Paraíba e participava com intensidade de sua política.

Isto posto, uma radiografia social e política da Paraíba mostra o que ocorria em todo o Brasil, à época. Economicamente, predominava a estrutura agrária, à base do latifúndio, cujos senhores eram os chefes políticos locais. Verdadeiros senhores feudais, nada era feito ou deixava de ser feito em seus territórios que não tivesse o seu beneplácito.

João Pessoa, desejando inaugurar uma política de renovação em seu estado, não ofertou a esses homens a importância a que eles estavam acostumados. Eis aí um dos fatores de oposição dos chefes políticos locais ao presidente do estado.

Outra fonte de desarmonia foi o combate de João Pessoa ao cangaço. Em seu governo, reviveu convênios com estados vizinhos para tal luta. Demitiu juízes e promotores lenientes com os facínoras, geralmente protegidos pelos chefes políticos, que os homiziavam em suas terras, dificultavam a apreensão de suas armas e facilitavam sua devolução.

Todavia, o ponto nodal da questão foi a reforma tributária engendrada pelo governo paraibano. Desejando desenvolver o estado, cogitou o Presidente João Pessoa de aumentar-lhe a arrecadação monetária. Acontece que, devido à falta de estradas e ineficiência do porto de Cabedelo, todo o interior pernambucano abastecia-se em Recife, onde os Pessoa de Queiroz eram abastados comer-

cientes. João Pessoa aparelhou o seu porto e criou o imposto de importação, pelo qual a mercadoria por ele chegada ao estado pagaria taxa bem mais suave do que a que chegasse pelo porto de Recife. Isso alcançava diretamente o que era fornecido pelos comerciantes pernambucanos. A essa medida se opuseram tenazmente os comerciantes pernambucanos, que tiveram seus interesses altamente atingidos. Entre esses, como já visto, figuravam os Pessoa de Queiroz. A questão foi motivo de recurso ao Poder Judiciário.

Esse episódio passou à História como *a guerra tributária*, na qual se envolveu, também, José Pereira Lima, destacado comerciante em sua cidade, Princesa, verdadeiro pólo fornecedor de mercadorias para o sertão.

O motim foi tramado no Rio de Janeiro, onde os Pessoa de Queiroz tinham certa influência. Contou com apoio, ainda que velado, do Governo federal e do presidente do Estado de São Paulo, Sr. Júlio Prestes, que era o candidato oficial a Presidente da República nas eleições de 1º de março de 1930, ao qual o Presidente João Pessoa não brindou com seu apoio, no dia 29 de julho de 1929, conhecido como *Dia do Nego*. O escopo da revolta era a intervenção federal na Paraíba, com o conseqüente afastamento do Presidente João Pessoa e a revogação de suas leis tributárias.

A causa eficiente foi dada pela escolha dos candidatos paraibanos à deputação federal. Como presidente do estado, João Pessoa dirigiu o conclave da comissão executiva do Partido Republicano da Paraíba que os escolheu. A idéia diretriz era a rotatividade; vale dizer, quem já era deputado não entraria no rol de candidatos. Tal orientação objetivava afastar o Sr. João Suassuna que, como presidente do estado que antecederia a João Pessoa, teria maltratado parentes de Epitácio na

cidade natal de ambos, Umbuzeiro. No entanto, João Pessoa deixou, na relação dos candidatos, o nome de seu primo, Carlos Pessoa, que já era deputado. Isso valeu controvérsia na comissão executiva, e apenas João Pessoa assinou o rol dos candidatos.

Partindo em campanha política a visitar cidades do interior paraibano, João Pessoa esteve em Princesa. Foi recebido com festas por José Pereira, em que pesasse o desejo deste de eliminá-lo. Ficou hospedado na residência de Pereira que, após sua saída, enviou-lhe violento telegrama alegando que retirava-lhe o apoio, o qual passava, a seguir, à candidatura oficial de Júlio Prestes. Acusou Pessoa de a ele ter se referido desairosamente na reunião da comissão executiva que escolheu os candidatos a deputado. Alegou que o presidente do estado não lhe deu ciência dos nomes dos escolhidos para concorrer às eleições. E, assim, a insurreição explodiu, no dia 24 de fevereiro de 1930.

A Força Pública paraibana, despreparada sob todos os aspectos, apesar do alerta que lhe fizera João Neves da Fontoura pouco antes, jamais conseguiu chegar à Princesa, embora tivesse mobilizado três colunas para fazê-lo, partindo todas de Piancó, onde se achava seu quartel-general, e vindo cada uma por um caminho diferente. É de se destacar que, em socorro de uma delas, partiu de Campina Grande a chamada *Coluna da Honra* ou *Coluna da Vitória*, que foi emboscada por gente de José Pereira na localidade de Água Branca, tendo sido totalmente destruída. Pereira havia sido avisado sobre essa coluna pelos seus simpatizantes, já que os tinha até mesmo entre as fileiras da Força Pública.

Como a intervenção federal na Paraíba não era votada pelo Congresso Nacional e nem a Força Pública conseguia entrar em

Princesa, em 9 de junho de 1930, José Pereira proclamou-a território livre, desmembrado do Estado da Paraíba e subordinando-se diretamente ao Governo federal.

Armou diversas colunas que percorreram o território do estado, combatendo com a Força Pública e cometendo as maiores atrocidades.

O EMPREGO DO AVIÃO

Desde o início da luta, o governo paraibano cogitou de nela empregar o avião. Com efeito, o avião, nascido em 23 de outubro de 1906, quando Santos Dumont descobriu a dirigibilidade aérea, havia sido empregado belicosamente pouco depois, na Primeira Guerra Mundial, em missões de caça, para manter a superioridade aérea, de bombardeio, para isolar o campo de batalha, impedir ou dificultar a chegada de suprimentos ao inimigo, e em reconhecimento, para obter todo o tipo de informações. Assim ensina o saudoso Tenente-Brigadeiro-do-Ar e Ministro Deoclécio Lima de Siqueira, em seu livro *Fronteiras*, edição Revista Aero-náutica, página 47.

A idéia era bombardear Princesa. Sobre esse ponto divergem os autores. Ademar Vidal, em *João Pessoa e a Revolução de 1930*, Edições Graal, 1978, página 234, diz que, para a eficácia da medida, seriam necessárias oitocentas bombas, que foram fabricadas pelos senhores Alberto Borges e José Pimentel, por determinação dele, que era o Secretário de Segurança. A Professora Inês Caminha Lopes Rodrigues, em sua obra *A Revolta de Princesa – Poder privado x Poder instituído*, página 42, prega que uma bomba de cerca de sessenta quilos, altamente explosiva, seria lançada sobre a cidade rebelada, por

via aérea, o que não teria acontecido por determinação pessoal do presidente do estado.

Todavia, faltava o principal instrumento de combate: o avião. Quanto a esse, depõe Vidal, na obra citada, página 233, que a primeira tentativa para a obtenção de uma aeronave foi feita no Rio de Janeiro, por intermédio de Antônio Pessoa Filho, primo do presidente paraibano e representante do estado na capital federal, pessoa altamente vigiada pela polícia carioca. Esta descobriu o tentame e o avião acabou esquecido no Saco de São Francisco, em Niterói.

Tratou-se de adquirir outro nos Estados Unidos, por intermédio do Sr. Paulo Duarte, que se achava no Rio de Janeiro, e para tal foi autorizado pelo governo paraibano.

Como não tivesse prosperado essa segunda tentativa, pensou-se na compra de um pequeno avião de turismo, o *Flit*, sobre o qual também divergem os historiadores. A Professora Inês Caminha Lopes Rodrigues, na página 58 de sua obra, diz que a aeronave em apreço fora doada pelo Estado de Minas Gerais. No entanto, Ademar Vidal declara que o avião fora comprado em Recife, dos senhores Paulo Viana e Raul Cardoso. As duas informações levam a crer que o avião possa efetivamente ter sido doado por Minas Gerais, que teria feito chegar à Paraíba o numerário preciso para a aquisição na capital pernambucana.

A Paraíba já dispunha de dois aviadores, Luigi Fossati e Florindo Perroni, que haviam sido enviados de Minas Gerais, quando lhe foi rogado auxílio pelo estado nordestino, impedido pelo governo federal de munir-se de armamento e munição, quer adquiridos no País, quer no exterior.

No dia 14 de abril, às 14 horas, o avião chegou à praia de Jacumã, pilotado por Perroni. A aeronave era um hidroavião, que

teve seus flutuadores substituídos por rodas, para que operasse em terra. Todavia, não foi feliz ao decolar de Jacumã, pois avariou a hélice junto às ribanceiras. Desmontado, foi conduzido para Campina Grande. Denunciada a pretensa manobra de levá-lo desmontado para Piancó, o comando do 22º Batalhão de Caçadores, com parada na capital paraibana, deslocou tropa para impedi-la, em caminhões do empresário Dolabela Portela, mas não logrou êxito. Improvisou-se um arremedo de campo de pouso em Piancó e o *Flit* chegou a ali pousar. Ao decolar, partiu a asa. Inutilizou-se.

Não desanimaram os paraibanos e, através de um emissário do aviador paulista Reinaldo Gonzaga, Sr. Charles Astor, foi adquirido outro, o *Garoto*, com que o referido piloto conseguiu decolar de Recife e pousar em Piancó, no dia 25 de junho. Lá estavam os aviadores, mas novo óbice aconteceu: o piloto Fossati faleceu em breves dias, após insidiosa enfermidade contraída na região.

Perroni havia sido comissionado no posto de tenente da Força Pública, com a missão de bombardear Princesa. Acontece que essa missão não se concretizou. Ocorreram simplesmente ações de caráter psicológico, representadas pelo lançamento sobre a cidade revoltada de um boletim incitando os amotinados a se renderem em 24 horas, sem o que seriam lançadas bombas sobre a cidade. A teor do depoimento de José Américo, em 1968, o bombardeio não era efetivamente o objetivo colimado e, sim, o abatimento do moral inimigo sob o efeito do sobrevôo da cidade e da ameaça contida no documento por ele redigido, a ser sobre ela lançado e que continha os seguintes termos:

O governo da Paraíba intima-vos a entregar as armas e as vossas vidas serão garantidas, dando o governo liberdade aos

que não responderem por outros crimes. Confiai na palavra do governo. Deveis apresentar-vos aos nossos oficiais. Dentro de quatro horas Princesa será bombardeada pelos aeroplanos da polícia e tudo será arrasado. Evitai o vosso sacrifício inútil. Ainda é tempo de salvar-vos. Os vossos chefes estão inteiramente perdidos. (Inês Caminha Lopes Rodrigues, op. cit., p. 80.)

A aeronave, em vôo rasante, chegou a vinte metros de altura sobre as trincheiras inimigas em São Boaventura, ocasião em que recebeu descargas de fuzil. Vidal afirma (na p. 324 de seu livro) que três morreram de medo.

É de se reconhecer que, como ação de caráter psicológico, o emprego do avião foi de completa eficiência. Com efeito, José Pereira passou ao desafio pelo *Jornal de Princesa*. Aguardava o *Garoto* e prevenia que os governistas não se lamentassem caso o avião e o piloto, que ele chamava Rolando, saíssem garroteados ou rolassem de uma vez. Telegrafou ao presidente do estado dizendo que aguardava o bombardeio, que havia aconselhado sua gente a conflagrar o estado pelo implemento do regime do ferror. Essa comunicação foi lida no Senado Federal pelo Senador José Gaudêncio, em meio a veemente protesto que fazia. A ameaça acima foi inspirada pelos Pessoa de Queiroz, partidários do “quanto pior, melhor”, com o fim de alcançarem seu objetivo magno, a intervenção federal no Estado da Paraíba.

Compensa consignar, por derradeiro, que esse emprego da aviação antecipou de muito a missão que hoje é tarefa diária na Força

Aérea Brasileira: lançamento de material e de víveres por avião. De fato, foram jogados sobre Tavares, onde se encontrava em dificuldade uma fração da Força Pública, sacos contendo provisões e correspondência. Alguns, possivelmente desviados pelo vento, foram ter a Santa Maria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nosso sentir, não há como não considerar como verdadeira aventura o emprego aqui descrito do avião na revolta de Princesa.

De fato, é suficientemente sabido que a atividade aeronáutica carece de sofisticada infra-estrutura, vale dizer, em termos menores, campos de pouso, suprimento e manutenção. Nada disso a Paraíba possuía e nem dispunha de recursos para tê-lo. Ficou clara a improvisação de um arremedo de campo de pouso em Piancó. Por outro lado, não havia oficina especializada em manutenção nem pessoal técnico suficientemente preparado. E, mais ainda, como obter material sobressalente para os aviões? Os próprios aviadores não eram portadores de formação de piloto militar. Assim, desconheciam a conduta a seguir em combate. Como se vê, tudo no improviso, verdadeira aventura, impulso de homens novos ante nova atividade humana.

O episódio é pouco conhecido na história da aviação brasileira. Esperamos que nossas palavras ajudem a divulgá-lo. Se tal ocorrer, esta será nossa maior recompensa. 

Aprenda a dizer "não"; será mais útil do que conseguir ler latim.